

REVISTA REDAÇÃO	33
PROFESSOR: Lucas Rocha	
DISCIPLINA: Redação	DATA: 08/09/2013

Como eles espionam (CLÁUDIO DANTAS e JOSIE JERONIMO)

Foi a partir da ilha de Ascensão, a 2,5 mil quilômetros do Recife, que agentes de Barack Obama conseguiram bisbilhotar conversas telefônicas e trocas de e-mails da presidenta Dilma Rousseff



A CERCA de 2,5 mil quilômetros do Recife (PE), numa região inóspita do Atlântico Sul, existe uma pequena ilha de colonização britânica chamada Ascensão. É lá que os agentes de Barack Obama captam aproximadamente dois milhões de mensagens por hora. São basicamente conversas telefônicas, troca de e-mails e posts em redes sociais. É dessa pequena ilha que os técnicos da NSA, uma das agências de inteligência dos Estados Unidos, vêm bisbilhotando as conversas da presidenta Dilma Rousseff e de alguns de seus ministros mais próximos, segundo especialistas ouvidos por ISTOÉ na última semana. A ilha de Ascensão tem apenas 91 quilômetros quadrados e seria irrelevante se não estivesse numa posição estratégica, a meio caminho dos continentes africano e sul-americano.

Ao lado de belas praias, sua superfície abriga poderosas estações de interceptação de sinais (Singint), que se erguem como imensas bolas brancas. Elas integram um avançado sistema de inteligência que monitora em tempo real todas as comunicações de Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia e Venezuela e fazem parte de um projeto conhecido como Echelon (leia quadro à pág. 46), que envolve, além dos Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália e Canadá.



INÍCIO DE TUDO - Documentos mostrados pelo ex-analista da CIA Edward Snowden indicam que a interceptação americana partiu da ilha de Ascensão

O indicativo mais forte de que a invasão de Obama nas conversas da presidenta Dilma e seus ministros se deu a partir da ilha está nos próprios documentos exibidos por Edward Snowden, denunciando o esquema. Neles, lê-se, na parte inferior, o grau de classificação "top secret" (ultrasecreto), o tipo de documento Comint/REL (comunicação interceptada) e sua divulgação (USA, GBR, AUS, CAN, NZL), exatamente as siglas que indicam os países do sistema Echelon. "Há um alto grau de probabilidade de que a NSA já tenha entrado não apenas no sistema de comunicações da presidenta, mas em todos os sistemas nacionais críticos", alerta o consultor em segurança Salvador Ghelfi Raza, que já trabalhou para o governo de Barack Obama.

As antenas da ilha de Ascensão conseguem captar as mensagens logo depois de serem produzidas, antes mesmo que elas cheguem aos satélites para serem distribuídas. Uma vez recolhidas, as informações são lançadas em um gigantesco computador instalado no Fort Meade, em Maryland, nos EUA. Lá, são processadas em um programa chamado Prism (Prisma), que localiza, por intermédio de palavras-chaves, aquilo que os bisbilhoteiros procuram, entre os milhões de dados recebidos por hora. A partir daí as informações são submetidas a um outro programa, que quebra a criptografia. Ainda em Maryland, computadores traduzem as informações coletadas.

Feita a análise, o que for de interesse do governo americano será distribuído aos agentes espalhados por todo o mundo para continuar o serviço de monitoramento. Muitas vezes empresas americanas ligadas à telefonia e à internet são acionadas para informações complementares. Com acesso à rede, por um técnico autorizado, é possível captar todo o tráfego de dados, sejam arquivos de vídeo, sejam fotos, trocas de mensagens ou chamadas de voz sobre IP.

O PASSO A PASSO DA ESPIONAGEM



1
Na ilha de Ascensão, estrategicamente localizada no Atlântico Sul, superantenas captam dois milhões de mensagens por hora. São bilhões de sinais de comunicações de celulares, provedores e comunicações via satélite, os "megadados"

2
Os dados captados sofrem uma primeira análise na ilha e depois são encaminhados para Maryland e lançados em um computador que roda o programa Prism, capaz de decodificar os megadados e selecionar comunicações específicas de acordo com o interesse estratégico da NSA



4
Os dados são remetidos ao presidente e aos seus auxiliares mais próximos. Caso seja necessário monitorar as atividades específicas de pessoas ou grupos, considerados "ameaças" aos interesses americanos, a NSA aciona agentes locais que operam encobertos em várias partes do mundo



3
A NSA aciona as empresas parceiras, de telefonia e internet, para acessar o conteúdo desses dados, sejam eles e-mails, comunicações de voz sobre IP, ligações celulares, etc.



A cooperação de grandes corporações, como Microsoft, Google, Facebook ou mesmo os gigantes da telefonia, Verizon e At&T, é fundamental para o funcionamento da rede da NSA. Documentos vazados pelo WikiLeaks mostram ainda que os EUA contam com dezenas de empresas de segurança da informação, num total de 1,2 milhão de técnicos, agentes e autoridades. Na ilha de Ascensão, que serviu à Inglaterra na Guerra das Malvinas, também estão instalados o serviço de inteligência criptológica britânico (GCHQ), estações de monitoramento de testes nucleares e uma das duas estações da emissora de rádio "The Counting Station", apelidada de "Cynthia", pela qual a CIA se comunica com seus agentes secretos espalhados pela América do Sul e África.

QUEM MAIS FOI ESPIONADO



ENRIQUE PEÑA

O presidente do México, Enrique Peña Nieto, foi espionado pela NSA quando ainda era candidato. Os EUA conseguiram saber, por exemplo, quem seriam os ministros do novo gabinete seis meses antes das nomeações



ANGELA MERKEL

Autoridades da Alemanha, provavelmente a própria chanceler Angela Merkel, também foram alvo da NSA, que intercepta por mês, em média, 500 milhões de telefonemas, e-mails e outras comunicações, segundo os documentos vazados por Snowden



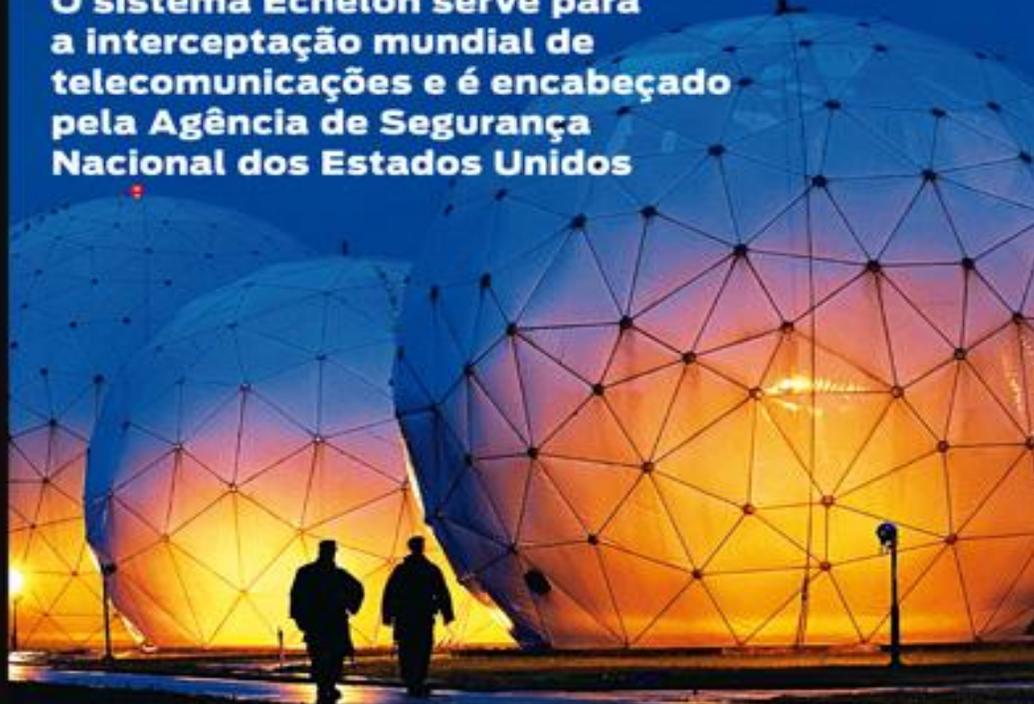
ONU

Embaixadores de vários países da União Europeia em Washington e em Nova York, na sede da ONU, foram monitorados pela NSA

Foi a partir de 11 de setembro de 2001, com George W. Bush e o início da guerra ao terror, que a Casa Branca determinou uma modernização completa da base de Ascensão. Desembarcaram na pequena ilha voos regulares com supercomputadores, novas estações de monitoramento e uma vasta gama de equipamentos de ponta. O contingente de agentes da NSA cresceu cinco vezes e foi acompanhado por esforços britânicos no mesmo sentido. Ao assumir em 2009, Barack Obama determinou uma revisão completa da política de cyberdefesa, que ele classificou como "o mais sério desafio econômico e de segurança nacional" que os EUA deveriam enfrentar como nação. Para o democrata, era necessário promover um salto tecnológico e estratégico em toda a infraestrutura de comunicações e informação. Logo ele nomeou um comitê executivo, integrado por representantes governamentais e do setor empresarial, e um coordenador, o cyberczar, com livre acesso a seu gabinete e com quem passou a despachar diariamente. Hoje, a NSA é a agência principal do sistema de inteligência americano. Abaixo dela estão outras 18, inclusive a velha CIA. Embora muitos acreditem que o Echelon seja coisa do passado, a verdade é que ele foi atualizado e sua plataforma de operação digital é a base da atual defesa cibernética, que não respeita limites na realização de seus objetivos estratégicos, políticos e comerciais.

INTERCEPTAÇÕES

O sistema Echelon serve para a interceptação mundial de telecomunicações e é encabeçado pela Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos



O SISTEMA ECHELON

Considerado por muitos como uma “lenda tecnológica”, o sistema Echelon existe desde 1946, mas passou a ganhar contornos de realidade há 13 anos. Na ocasião, o Parlamento europeu recebeu denúncias de que os Estados Unidos, juntamente com Inglaterra e Austrália, teriam montado uma rede de informações abastecida por 120 satélites para monitorar as movimentações de chefes de Estado e fazer espionagem industrial em âmbito global. Empresas francesas da área de tecnologia tinham perdido, na década anterior, grandes contratos para firmas americanas. O Parlamento europeu sustentava que a vitória das empresas dos EUA só foi possível graças a informações privilegiadas obtidas pelo sistema Echelon. Entre as disputas comerciais travadas por franceses e americanos, em que os empreendimentos dos EUA ficaram à frente, estão a concorrência para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e a disputa da Boing e da Airbus para um contrato milionário com a Arábia Saudita.

CLÁUDIO DANTAS e JOSIE JERONIMO são Jornalistas e escrevem para esta publicação. **Revista ISTO É, Setembro de 2013.**

O fascismo do PT contra os médicos (LUIZ FELIPE PONDÉ)

O PT está usando uma tática de difamação contra os médicos brasileiros igual à usada pelos nazistas contra os judeus: colando neles a imagem de interesseiros e insensíveis ao sofrimento do povo e, com isso, fazendo com que as pessoas acreditem que a reação dos médicos brasileiros é fruto de reserva de mercado. Os médicos brasileiros viraram os "judeus do PT".

Uma pergunta que não quer calar é por que justamente agora o governo "descobriu" que existem áreas do Brasil que precisam de médicos? Seria porque o governo quer aproveitar a instabilidade das manifestações para criar um bode expiatório? Pura retórica fascista e comunista. E por que os médicos brasileiros "não querem ir"? A resposta é outra pergunta: por que o governo do PT não investiu numa medicina no interior do país com sustentação técnica e de pessoal necessária, à semelhança do investimento no poder jurídico (mais barato)?

O PT não está nem aí para quem morre de dor de barriga, só quer ganhar eleição. E, para isso, quer "contrapor" os bons cidadãos médicos comunistas (como a gente do PT) que não querem dinheiro (risadas?) aos médicos brasileiros playboys. Difamação descarada de uma classe inteira. A população já é desinformada sobre a vida dos médicos, achando que são todos uns milionários, quando a maioria esmagadora trabalha sob forte pressão e desvalorização salarial. A ideia de que médicos ganham muito é uma mentira. A formação é cara, longa, competitiva, incerta, violenta, difícil, estressante, e a oferta de emprego decente está aquém do investimento na formação.

Ganha-se menos do que a profissão exige em termos de responsabilidade prática e do desgaste que a formação implica, para não falar do desgaste do cotidiano. Os médicos são obrigados a ter vários empregos e a trabalhar correndo para poder pagar suas contas e as das suas famílias. Trabalha-se muito, sob o olhar duro da população. As pessoas pensam que os médicos são os culpados de a saúde ser um lixo. Assim como os judeus foram o bode expiatório dos nazistas, os médicos brasileiros estão sendo oferecidos como causa do sofrimento da população. Um escândalo.

É um erro achar que "um médico só faz o verão", como se uma "andorinha só fizesse o verão". Um médico não pode curar dor de barriga quando faltam gaze, equipamento, pessoal capacitado da área médica, como enfermeiras, assistentes de enfermagem, assistentes sociais, ambulâncias, estradas, leitos, remédios. Só o senso comum que nada entende do cotidiano médico pode pensar que a presença de um médico no meio do nada "salva vidas". Isso é coisa de cinema barato. E tem mais. Além do fato de os médicos cubanos serem mal formados, aliás, como tudo que é cubano, com exceção dos charutos, esses coitados vão pagar o pato pelo vazio técnico e procedimental em que serão jogados. Sem falar no fato de que não vão ganhar salário e estarão fora dos direitos trabalhistas. Tudo isso porque nosso governo é comunista como o de Cuba. Negócios entre "camaradas". Trabalho escravo a céu aberto e na cara de todo mundo.

Quando um paciente morre numa cadeira porque o médico não tem o que fazer com ele (falta tudo a sua volta para realizar o atendimento prático), a família, a mídia e o poder jurídico não vão cobrar do Ministério da Saúde a morte daquele infeliz. É o médico (Dr. Fulano, Dra. Sicrana) quem paga o pato. Muitas vezes a solidão do médico é enorme, e o governo nunca esteve nem aí para isso. Agora, "arregaça as mangas" e resolve "salvar o povo".

A difamação vai piorar quando a culpa for jogada nos órgãos profissionais da categoria, dizendo que os médicos brasileiros não querem ir para locais difíceis, mas tampouco aceitam que o governo "salvador da pátria" importe seus escravos cubanos para salvar o povo. Mais uma vez, vemos uma medida retórica tomar o lugar de um problema de infraestrutura nunca enfrentado. Ninguém é contra médicos estrangeiros, mas por que esses cubanos não devem passar pelas provas de validação dos diplomas como quaisquer outros? Porque vivemos sob um governo autoritário e populista.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, nihilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, "Contra um mundo melhor" (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2013.**

Sem dúvidas? (ROSELY SAYÃO)

UM PROFESSOR universitário na área da educação disse uma frase curta que pode nos fazer refletir muito: "A possibilidade de buscar qualquer informação no Google acabou com a dúvida." Realmente, conviver com a dúvida tem sido cada vez mais difícil. Quanto mais se amplia o leque de escolhas em qualquer atividade da vida, menos dúvidas queremos ter. Queremos fazer a escolha certa, para a qual não restaria dúvida alguma. Não mais nos contentamos com a melhor escolha possível ou com uma escolha suficientemente boa. Difícil, senão impossível, viver dessa maneira, não é verdade?

Esse estilo de viver complica bastante a escolha do curso universitário, tarefa na qual muitos jovens que frequentam o ensino médio estão implicados. Criamos uma série de mitos em torno da escolha da profissão que os jovens devem fazer. "É uma escolha muito séria para ser feita nessa idade" ou "Eles não têm maturidade para escolher o que farão no resto da vida" são frases que expressam algumas de nossas ideias a esse respeito. Esquecemos que nós fizemos tal escolha com essa mesma idade? E parece que não foi uma tarefa tão complicada como temos tentado fazer com que seja na atualidade. Será porque as escolhas eram mais restritas, será que porque não tínhamos tanto compromisso com o êxito, com a certeza? Como as escolhas eram feitas?

Muitas escolhas profissionais foram herdadas. Conhecemos a tradição de os filhos continuarem o trabalho dos pais. Conhecemos também pessoas que fizeram escolhas por oposição aos pais. Para muitos, a escolha de herança positiva ou negativa dos pais deu certo; para outros, não deu. Mas seria diferente se fosse outro o critério usado? Outras escolhas eram feitas com base em razões subjetivas. Uma jornalista me disse que desde criança quis fazer jornalismo, talvez por influência paterna. Não, o pai dela não era jornalista e sim leitor voraz de jornal. Isso pode apontar para escolhas feitas por influências inconscientes para as quais encontramos razões objetivas mais tarde.

De qualquer maneira, a família do jovem era a maior fonte de influências, para o bem ou para o mal, na hora de tal decisão. Hoje, a escola influencia mais do que a família. É que, pouco a pouco, a família passou a entender que deveria dar mais liberdade aos filhos também na hora de ele fazer a escolha do vestibular. Mas, para que o jovem pudesse desfrutar de tal "liberdade", ele precisaria de um apoio. E quem daria tal apoio? A escola, é claro. Difícil, hoje, encontrar uma instituição escolar que não ofereça um trabalho de orientação profissional. E há ofertas para todo o tipo de gosto ou anseio. Aliás, tal trabalho passou a ser mais um dos itens que os pais consideram na hora de escolher a escola para o filho.

Boa parte desses trabalhos parte de um princípio: o de que a oferta de informações, de mercado ou de conhecimentos técnicos ao alunado tem o potencial de resolver a questão da angústia do jovem no momento da escolha. Os altos índices de desistência e de troca de curso ainda no primeiro ano da universidade, no entanto, contradizem tal conceito. Talvez seja necessário que famílias e escolas revejam a parte que lhes cabe nesse processo. Aos profissionais que se interessam pelo tema, indico o livro de Deborah Bulbarelli Valentini: "Orientação Vocacional: O que as Escolas Têm a Ver com Isso?".

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2013.**

O prazer (ainda) é um escândalo (CONTARDO CALLIGARIS)

IMAGINE que sua filha, de 15 ou 16 anos, peça para dormir com o namorado, em casa. Você não está a fim de encontrar esse cara de pijama no café da manhã do dia seguinte. Talvez você também pense que não é bom eles terem uma paródia de vida de casal, sem as responsabilidades básicas de quem trabalha e se sustenta. Mas é possível que, como muitos pais paulistanos, você acabe cedendo por uma questão de segurança: melhor que sua filha passe a noite em casa, ao abrigo.

Mesmo assim, você quase certamente colocará uma condição: pode, mas só se for mesmo o namorado - e namorado há um bom tempo. De novo, é uma questão de segurança: você não quer que ela introduza na sua casa alguém que ela mesma mal conhece. Mas há mais: sua exigência manifesta a ideia de que muito, se não quase tudo, é permitido, À CONDIÇÃO de que ela esteja apaixonada, ou melhor, À CONDIÇÃO DE QUE ELES estejam apaixonados.

Desde Romeu e Julieta, nós, pais, aprendemos a respeitar a autonomia do indivíduo em matéria de sentimentos. Fazer o quê? Eles se amam, e contra o amor não se pode quase nada. Agora, imagine que Romeu e Julieta se encontrassem só para transar adoidados, sem nenhum compromisso sentimental? Não sei se, nesse caso, as plateias da peça shakespeariana torceriam imediatamente por eles. Imagine que sua filha peça a permissão de trazer para o quarto dela um cara com quem ela se dá bem na cama e tem muito prazer em transar, sem envolvimento sentimental algum. Qual seria sua reação nesse caso?

Devo ter repetido mecanicamente, não sei quantas vezes, que os anos 1960 foram a época da liberação sexual, mas não é nada disso: o que houve foi uma liberação amorosa. Ficou permitido transar caso haja amor. A transa pelo prazer não foi liberada; ela ainda é culpada e precisa ser resgatada pelo "nobre" sentimento amoroso. É por isso que a prostituição continua maldita, porque se funda, em tese, no escândalo que é o prazer do sexo sem amor. Em geral, quem tolera dificilmente essa ideia considera as pessoas que se prostituem como eternos menores (seja qual for sua idade), sem liberdade, sem vontade própria - apenas vítimas de cafetões, miséria e traumas de infância.

"O Negócio", seriado brasileiro que chega ao seu quarto episódio (HBO, domingo, 21h), tem (no mínimo) o grande mérito de estraçalhar esse preconceito: as prostitutas que são suas protagonistas são, obviamente, sujeitos jurídicos e morais como a gente. Claro, as heroínas de "O Negócio" são privilegiadas, diferentes das prostitutas da zona de qualquer cidade brasileira. Mas não são diferentes a ponto de nos fazer pensar que elas seriam exceções, parecidas conosco, enquanto as prostitutas da zona seriam seres sem autonomia, que precisam ser entregues à tutela de um Estado condescendente. Ora, é assim que imagina as prostitutas o deputado federal João Campos (PSDB-GO), que está se especializando na tentativa de transformar suas obsessões morais em lei para todos nós. No Brasil, onde a prostituição é uma prática legal, ele quer criminalizar o ato de oferecer pagamento a alguém pela prestação de serviços de natureza sexual.

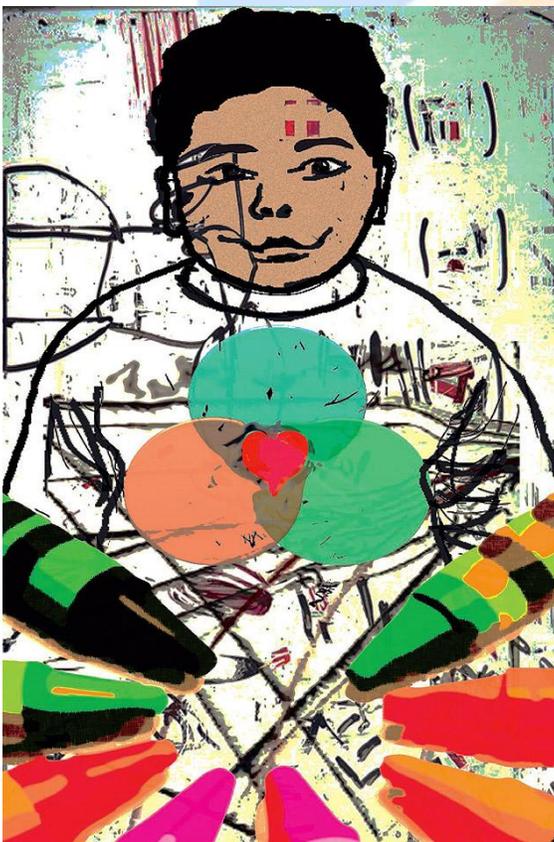
O cliente, por procurar esse (escandaloso) prazer só carnal, será punido. A pessoa que se prostitui (suponho que a lei projetada valha para mulheres e homens) poderá ser perdoada porque, segundo Campos, sempre é coagida - ou seja, na hora em que se prostituiu, parou de ser sujeito responsável. Recentemente, João Campos tentou fazer que fosse permitido aos psicólogos "curar" a homossexualidade. Receio que ele entenda de prostituição como ele entende de homossexualidade. A quem se interessar realmente pela questão, sugiro dois livros excelentes, escritos por antropólogos e ambos publicados

pela editora da UERJ, "Trânsitos - Brasileiras nos Mercados Transnacionais do Sexo", de Adriana Piscitelli, e "Devir Puta - Políticas da Prostituição de Rua na Experiência de Quatro Mulheres Militantes", de José Miguel Nieto Olivar.

O livro de Piscitelli, em particular, mostra perfeitamente até onde chega nossa tendência a não reconhecer às prostitutas nem vontade autônoma nem dignidade jurídica própria. Por exemplo, criamos uma monstruosidade moral e legal que nos permite estigmatizar como "tráfico" (de brancas e morenas) a simples viagem de mulheres brasileiras que vão para Europa se prostituir por conta própria. Leiam e confirmam. Aviso: sobre a repulsa ao prazer em nossa cultura, não terminei...

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2013.**

A qualidade social da escola pública (HERMAN VOORWALD e JOÃO CARDOSO FILHO)



OS DEBATES em relação ao ensino de qualidade na educação pública, concentrados na progressão continuada (associada à promoção automática) e na seriação (ligada à retenção de aluno), têm ocupado espaço nas diversas mídias. Esse binômio de formas pelas quais se organiza o ensino na escola, em ciclos de aprendizagem ou em séries, condiciona de fato a vida escolar do aluno e do profissional da educação.

Mas a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo há muito entende que a forma de organização do ensino por si só não determina o sucesso da aprendizagem escolar nem a qualidade social da escola. Escola de qualidade social, qualquer que seja sua organização, é a que responde às urgências da sociedade brasileira neste início do século 21. É aquela na qual as demandas dos alunos constituem o principal referencial para desenvolver práticas curriculares direcionadas a aprendizagens significativas.

Apoiada nessa compreensão de escola de qualidade, a Secretaria da Educação do Estado estabeleceu, como base de atuação, o debate público e aberto com todos os setores da rede estadual. Adotou a centralidade das ações de apropriação e consolidação do currículo oficial. Promove a valorização do magistério por meio do plano de carreira construído junto às entidades representativas e a recomposição do salário dos profissionais da educação, expressa em um programa consciente e exequível de reajustes em quatro anos.

Quanto à gestão pedagógica nas escolas, o modelo adotado tem como pressuposto justamente a apropriação do currículo pelo seu corpo docente e técnico. Ou seja, visa possibilitar que as diretrizes se acomodem à diversidade de cada escola, privilegiando sua autonomia no desenho do projeto pedagógico adequado à comunidade a que atende.

No contexto da reorganização do ensino nas escolas estaduais, a progressão continuada é entendida como possibilidade de avanços sucessivos da aprendizagem do aluno. Exige, por parte do professor, acompanhamento e avaliação contínuos do processo para orientar novas formas de ensino, se necessárias à aprendizagem do aluno. Enfrentar diretamente a aprendizagem continuada do aluno implica repensar o entendimento equivocado de que avaliar é sinônimo de promover ou reter. Talvez mais grave seja considerar a promoção e a retenção como fator determinante dos complexos processos de ensino e de aprendizagem.

Na história da nossa educação escolar, esses dois instrumentos administrativos estiveram mais a serviço da escola seletiva - a exclusão do aluno - do que do direito de ele de se apropriar do currículo escolar. Para auxiliar o professor no seu trabalho, a Secretaria da Educação disponibiliza mecanismos como a avaliação diagnóstica no início de cada semestre, para apontar as dificuldades dos estudantes e orientar as escolas no planejamento das atividades curriculares.

Disponibiliza também a figura do professor-auxiliar, que atua na recuperação contínua, para sanar dúvidas no momento em que aparecem. Oferece reforço no recesso escolar, possibilitando que os alunos recuperem conteúdos. E ainda promove a ampliação do suporte pedagógico por meio de professores coordenadores de ciclos e de grupos de reflexão e gestão, com diretores, professores coordenadores e supervisores. O objetivo dessas e de outras medidas é superar um conjunto complexo de fatores adversos ao processo de ensino e aprendizagem, buscando qualificar a escola pública para atender a todos os alunos e a cada um, em suas especificidades.

HERMAN VOORWALD, 58, é secretário da Educação do Estado de São Paulo e **JOÃO CARDOSO PALMA FILHO**, 69, é secretário-adjunto da Educação do Estado de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2013.**

Mais sexo e menos grosseria (CRISTIANE SEGATTO)

UMA AMIGA gordinha detesta ir ao médico. O problema dela não é exatamente o médico, mas a pregação sobre hábitos saudáveis. Estou convencida de que ela só terá disposição para mudar de vida quando vislumbrar algum prazer nas trocas que precisam ser feitas. E quando essa satisfação for maior que o prazer proporcionado pela comida.

Coisas assim: "Não vou comer pizza, mas daqui a algumas semanas vou entrar naquela calça justa e me sentir muito gostosa." Ou "Vou acordar cedo para correr na esteira, mas depois meu cérebro vai ser inundado pelos hormônios do bem-estar". Sem prazer, nada feito. Dependemos dele e vivemos para ele. Felizmente, existem muitas fontes de prazer. Uma das mais poderosas é o sexo. Neste Dia do Sexo (decretado pela esperta campanha publicitária de uma marca de camisinha que decidiu brincar com o sugestivo 6/9) reuni algumas boas razões de saúde para praticar sexo - mais vezes e com mais qualidade.

Acho que você tem outros motivos irresistíveis, mas é bom saber que nem todo conselho de saúde implica sacrifício e privação. Desde 2000, a Organização Mundial da Saúde considera o sexo como um dos quatro pilares da qualidade de vida. Os outros três são prazer no trabalho, harmonia familiar e lazer. Parece óbvio que sexo de qualidade favoreça a saúde, mas um paradoxo resiste: as pessoas mais saudáveis são as que fazem mais sexo ou elas fazem mais sexo porque são mais saudáveis? Boa pergunta. Alguns estudos apontaram vários benefícios da prática no longo prazo:

Combate à dor - A endorfina, produzida pelo cérebro durante o sexo, é o mais potente analgésico natural do corpo humano. Sua ação se prolonga após o ato sexual. Ela pode ajudar a aplacar dores crônicas nas articulações, dores de cabeça, cólicas etc.

Proteção cardiovascular - O sexo é um exercício aeróbico. Eleva os batimentos cardíacos, como ocorre nas atividades físicas moderadas. As artérias se dilatam, o que aumenta a absorção de oxigênio.

Musculatura trabalhada - Uma relação sexual não equivale exatamente a um treino de musculação bem feito. Dependendo das posições escolhidas, porém, é possível trabalhar as coxas, o dorso e o abdome.

Sono dos anjos - O orgasmo favorece o relaxamento muscular. Provoca bem-estar e exaustão, que facilita o sono profundo. Bom sono é crucial para a saúde.

Longevidade - Orgasmos frequentes têm sido relacionados ao aumento da longevidade. A explicação seria o fato de o sexo beneficiar o coração e a imunidade.

Controle do peso - Uma relação sexual consome, em média, 100 calorias. O esforço pode ser equivalente a um trote a 7,5 km por hora. E é bem mais divertido!

Saúde mental - Cientistas sugerem que a atividade sexual reduz a ansiedade, alivia o estresse e contribui para a autoestima.

Adorei esse último ponto. Se hoje (sexta) é o Dia do Sexo, que tal fazermos do sábado o Dia da Gentileza? Há algum tempo observo que, pelo menos em São Paulo, o sábado se tornou a nova segunda-feira. Em vez de celebrar a preguiça, o sol, o café da manhã sem pressa, os paulistanos enchem o sábado de compromissos (profissionais ou não) e não dão folga para as grosserias antes cometidas apenas de segunda a sexta.

Sábado passado, numa linda manhã ensolarada, fui vítima de quatro pessoas destemperadas em menos de duas horas. Parar no semáforo vermelho, não lançar o carro sobre pedestres que cruzam a via na faixa reservada a eles ou dar passagem a um veículo que tenta sair da garagem viraram pecados mortais, punidos com buzinaço e xingamento. Mesmo no sábado. Mesmo quando o compromisso dos apressadinhos é o supermercado, a depilação ou o cabeleireiro.

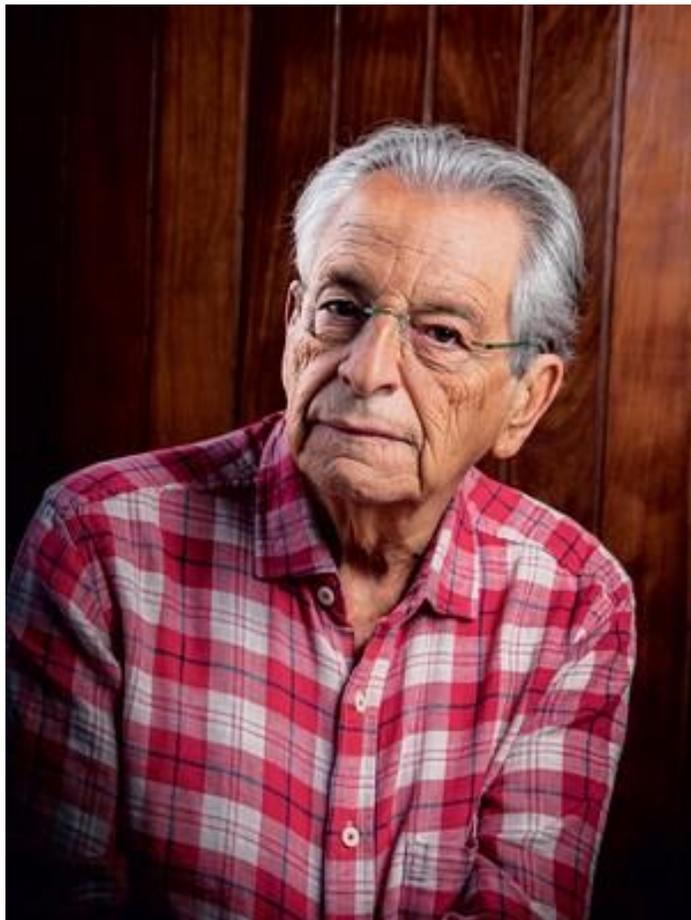
Para evitar os neuróticos do trânsito, deixei o carro em casa. Saí a pé pelo meu bairro e as grosserias continuaram. Um homem impaciente tentou surrupiar a minha vez na fila de uma loja de cosméticos. Desejar "bom dia" tornou-se um monólogo. Ninguém mais responde. No sábado, insisti em fazer esse cumprimento e, várias vezes, "fiquei no vácuo", como dizem os adolescentes.

As pessoas se acostumaram ao estresse e à grosseria como se esse fosse o comportamento esperado por todos. Não precisa e não deve ser assim. Será que amanhã pode ser diferente? Vou torcer e conferir... Sexo alivia o estresse – desde que feito na hora certa e com o parceiro certo (fuja das roubadas) e com segurança (sem camisinha, nem pensar). Comemore hoje o Dia do Sexo e faça do sábado o Dia da Gentileza.

CRISTIANE SEGATTO é colunista desta publicação e Escreve sobre medicina há 18 anos. Ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo, entre eles o ESSO de informação científica em 2012. **Revista ÉPOCA, Setembro de 2013.**

Fernando Gabeira: "O Estado se tornou uma extensão do PT" (JOSÉ FUCS)

Afastado da política, o jornalista e escritor diz que ainda se considera de esquerda, critica os governos petistas e não vê mais o socialismo como alternativa viável



CORRUPÇÃO - O jornalista Fernando Gabeira. "A condenação dos acusados no mensalão foi uma advertência" (Foto: André Arruda/ÉPOCA)

Ex-guerrilheiro, ex-deputado federal, jornalista e escritor, Fernando Gabeira já se reinventou várias vezes. Aos 72 anos, decidiu deixar a política – embora continue filiado ao PV e ainda dê palestras ocasionais para militantes do partido – e voltar ao jornalismo. Em seus artigos, publicados quinzenalmente no jornal *O Estado de S. Paulo*, tem batido no PT, no governo e no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Gabeira lançará um programa de reportagens na *GloboNews*, com estreia prevista para domingo dia 8. Nesta entrevista a *ÉPOCA*, ele afirma que o socialismo deixou de ser uma opção viável de poder e critica o aparelhamento do Estado pelo PT.

ÉPOCA – Ao longo de sua trajetória política, o senhor passou pela luta armada, pelo PT e pelo PV. Hoje tem sido um crítico do PT, do governo e da esquerda. O que aconteceu?

Fernando Gabeira – O que mais me incomoda é a sensação de que você é detentor de uma verdade importantíssima e de que todos os seus atos devem ser relevados por isso. O que me distingue dessa esquerda é que, para mim, os fins não justificam os meios. É preciso trabalhar dentro dos critérios democráticos. Também me incomoda que, uma vez no poder, eles se sentem os donos do Estado. O Estado brasileiro passou a ser uma extensão do PT. A política externa brasileira é do partido, e não nacional. Isso também me incomoda muito. O Brasil se apresenta ao mundo com as limitações mentais, ideológicas,

do PT. Tenho vergonha de um presidente da República, como o Lula, que diz que a oposição no Irã parece uma torcida de futebol. Tenho vergonha de um presidente que diz que os presos políticos em **Cuba** são semelhantes aos presos comuns no Brasil. Ao se atrelar a alguns países da América do Sul, abandonando a possibilidade de relações com o resto do mundo, eles prestam um desserviço. Não que a integração regional não seja importante, mas o Brasil precisa se abrir também para outros centros, com uma capacidade tecnológica maior. Você não pode associar seu destino a esse grupo de países, como eles fizeram, por causas ideológicas.

ÉPOCA – Como o senhor analisa os 12 anos do PT no poder, com Lula e Dilma, do ponto de vista político?

Gabeira – Politicamente, o grande problema do PT foi ter prometido uma renovação ética no Brasil – e, ao chegar ao governo, aliar-se aos políticos que eles criticavam, recorrer aos mesmos métodos usados antes e incorporar outros igualmente condenáveis. Nesse aspecto, o PT significou algo muito negativo para o Brasil, porque, no fundo, dizia que quem propõe mudar ou traz a esperança está apenas enganando a população, e que os artífices da esperança são os mesmos que construirão uma nova armadilha. Isso acaba se transformando em aumento do voto nulo e do voto em branco. Leva a um rebaixamento da legitimidade do poder constituído.

ÉPOCA – Em sua opinião, a condenação dos réus no processo do mensalão poderá levar a uma mudança na forma de fazer política no Brasil?

Gabeira – Considero a condenação dos acusados no mensalão uma grande advertência. Primeiro, porque ataca a corrupção política. Segundo, porque mostra ao homem comum que o acesso à Justiça não é impossível. Eles gastaram mais de R\$ 60 milhões com honorários de advogados e perderam. Isso traz uma expectativa de que haja mais cuidado na prática política e de que a Justiça seja feita com mais frequência. Agora, pelo que conheço do Congresso, jamais haverá mudança que não seja imposta. Eles só mudarão forçados pelo instinto de sobrevivência. Existe no Brasil uma tendência de o eleitor esquecer em quem votou. Esquecendo em quem votou, você não tem a quem cobrar. A população precisa ter o nível de vigilância e de cobrança permanente que os americanos têm em relação a seus congressistas.

ÉPOCA – Até que ponto as manifestações de junho devem contribuir para essa mudança?

Gabeira – Essas manifestações foram muito positivas. Elas desfizeram a sensação de que tudo ia bem, de que vivíamos numa prosperidade e estávamos supersatisfeitos. Mostraram que a população está insatisfeita com os serviços que recebe pelos impostos que paga, com a corrupção e com o governo. Essa demonstração alterou muito o quadro, inclusive a psicologia e o comportamento dos próprios políticos. Pelo menos, aquela arrogância, aquela distância em relação à população, desapareceu. Isso tudo constituiu algo novo e bom no Brasil. Como todas as manifestações de massa, há um momento em que elas refluem. As pessoas não podem ficar permanentemente na rua, a não ser que haja um objetivo claro, que você esteja prestes a derrubar um governo. Não era esse o caso, uma vez que, no Brasil, vivemos numa democracia, e os governos se sucedem por eleições.

ÉPOCA – Como o senhor analisa a violência que tomou conta das manifestações?

Gabeira – Desde o princípio, houve atos de violência, contrapostos pela imensa maioria que participava da manifestação de forma pacífica. Uma vez que os grupos que se manifestavam pacificamente refluíram, sobrou o território para a violência. Hoje, você continua vendo as manifestações como se fossem uma continuidade daquelas que aconteceram em junho, mas não há vínculo real entre esse pessoal que está nas ruas e as multidões que, dois meses atrás, saíram às ruas das principais cidades do país.

ÉPOCA – Durante as manifestações de junho, surgiu o fenômeno da Mídia Ninja. Eles afirmam que a imprensa profissional é parcial. Como o senhor vê essa questão?

Gabeira – Se examinar friamente as manifestações, todos os temas levantados ali nasceram do trabalho da grande imprensa. Queiram ou não, as redes sociais metabolizam o material que vem da grande imprensa. Dentro de suas limitações, a grande imprensa tem de estar atenta a tudo. Se houver alguma coisa nas redes sociais para ela metabolizar, ela metaboliza também. Não tem espaço proibido. Então, não é justo dizer que a grande imprensa manipulou as informações sobre o que aconteceu nesse período. A grande imprensa denunciou insistentemente os fatos que indignaram as pessoas.

ÉPOCA – Parte do PT e outros grupos de esquerda têm uma visão semelhante da imprensa profissional e defendem o “controle social da mídia”. O que o senhor pensa disso?

Gabeira – Na Inglaterra, a partir da experiência dos tabloides, que romperam certos limites e invadiram a privacidade de autoridades e de cidadãos comuns para obter informações, caminhou-se no sentido de equacionar a questão. Só que lá quem comandou o processo foi um governo conservador, nitidamente desinteressado em controlar a imprensa. No Brasil, todas as manifestações em defesa do controle social da mídia surgem do PT, num contexto latino-americano em que os controles são, na verdade, tentativas de censura – com o uso de instrumentos clássicos da esquerda, chamados de “sociais”, mas que são aparelhados pela própria esquerda. Quando o PT diz “é preciso o controle social da mídia”, está dizendo “é preciso o controle social da mídia, sobretudo o controle social por parte de entidades que nós controlamos”.

ÉPOCA – Hoje, 25 anos depois da queda do Muro de Berlim, o socialismo ainda faz algum sentido? O capitalismo venceu?

Gabeira – Não há dúvida de que o capitalismo predominou e o socialismo deixou de ser uma alternativa desejável. Isso não significa que algumas ideias de esquerda e de direita não continuem presentes no universo político. Certas ideias de que as pessoas são culpadas pela própria pobreza continuam existindo. Certas ideias de que as pessoas precisam ser protegidas na velhice, ter uma aposentadoria digna, também continuam aí. Hoje, não se fala mais tanto em capitalismo versus socialismo. Fala-se mais numa forma de modernizar e democratizar o capitalismo.

ÉPOCA – Vários de seus artigos recentes geraram críticas duras da esquerda. Até de “reacionário” já o chamaram. O senhor ainda se considera alguém de esquerda?

Gabeira – Considero-me uma pessoa de esquerda. Não me importo muito com as críticas, vejo como algo normal na política. Pessoas que admiro muito, como o poeta Octavio Paz, também foram chamadas de reacionárias em vários contextos. Às vezes, também chamo o pessoal do PT de reacionário, porque, no meu entender, tudo o que detém o avanço é um gesto reacionário. Tudo depende do ponto de vista.

ÉPOCA – O senhor ainda acredita na transformação do homem, no surgimento de um “novo homem”?

Gabeira – Não acredito mais nisso. Não acredito em “novo homem”. Aliás, essa coisa de criar o “novo homem” serviu para muita repressão. Os homens que não cabiam nesse modelo costumavam ser fuzilados. Entre os obstáculos para o Brasil atual está uma série de ideias e de comportamentos que seguram o país. Existe uma vontade normal de, pelo menos, sintonizar o país com o que ele tem de mais moderno. Hoje, a província da política não está sintonizada com o que o Brasil tem de mais moderno. Acredito hoje em ajustar esse polo.

JOSÉ FUCS é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista ÉPOCA, Setembro de 2013.**

Pela neutralidade nas buscas de internet (ROMERO RODRIGUES)

OS SITES de busca são, hoje, a porta de entrada na internet. É por meio deles que os internautas realizam pesquisas, localizam outros sites e são direcionados para mercados específicos, como o de comparação de preços on-line. A despeito de sua importância, trata-se de um segmento muito pouco competitivo. O mercado se encontra dominado pelo Google, de incontestável poder econômico e de dimensão internacional. O que o usuário não imagina é que esse domínio é prejudicial a ele próprio.

Criou-se um círculo vicioso devido a uma característica peculiar da ferramenta de busca do Google: a capacidade de aprimorar seus resultados quanto maior for o número de usuários. No Brasil, a gigante americana detém 96% do mercado. Assim, acaba por conseguir oferecer uma experiência mais rápida e eficaz. Como consequência, novos internautas nem sequer cogitarão usar uma ferramenta alternativa.

Some-se a isso o fato de que o Google controla as duas portas de entrada na internet (o navegador, Chrome, e o sistema operacional, Android). A empresa consegue proteger sua posição e acaba por consolidar o seu monopólio. Nesse cenário, é possível destacar a adoção de práticas desleais pela gigante americana, como já confirmou a Comissão Europeia de Defesa da Concorrência. A empresa passou a manipular os resultados. É como se o Google, além de uma ferramenta de busca, também fosse dona de uma agência de viagens. Quando o usuário procura por passagens aéreas, por exemplo, a empresa, distorcendo a ordem dos resultados, dá prioridade ao link de seus próprios serviços.

Engana o consumidor, que acreditará naquele resultado como o mais eficiente. Ora, a livre concorrência é princípio básico da ordem econômica brasileira. É por meio dela que se incentivam os fornecedores a reduzir preços, investir e melhorar a qualidade dos produtos e serviços. Permitir que empresas como o Google usem seu poder de mercado para distorcer resultados de busca significa contribuir para que competidores continuem sendo prejudicados de forma desleal. E o mais importante: reforça o prejuízo, potencial e concreto, do consumidor.

Pesquisas mostram que 88% dos usuários clicam em um dos três primeiros links dos resultados de busca apresentados. Esse cenário impõe a necessidade de regulamentação imediata das ferramentas de busca dominantes na internet. A ordenação de resultados precisa ser totalmente neutra, levando em consideração apenas a relevância da ocorrência à luz dos termos de busca digitados pelo internauta, sem discriminação. Só assim será possível evitar a perpetuação das práticas anticompetitivas, de forma a proteger o maior interessado em um mercado competitivo e livre de condutas restritivas: o consumidor.

Da mesma forma que a discussão da neutralidade de rede toma espaço no Marco Civil, a discussão de neutralidade de busca se incorpora. De nada adianta que as companhias de internet internacionais tenham isonomia de tratamento por parte das empresas de telecomunicações se os consumidores não receberem isonomia das empresas que controlam a busca e a navegação na internet.

ROMERO RODRIGUES, 35, é empresário, fundador e principal executivo do Buscapé Company. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Setembro de 2013.

O começo do fim da quimioterapia (PHILLIP SCHEINBERG)

A REVISTA médica "New England Journal of Medicine", uma das mais conceituadas do mundo, publicou em edição recente resultados animadores de um estudo sobre câncer. Segundo essa pesquisa, os pacientes portadores de um tipo de leucemia aguda, conhecida como promielocítica, tratados com medicamentos, mas sem quimioterapia, apresentaram resultados similares e comparáveis aos que receberam tratamento quimioterápico.

Na década de 1960, geraram entusiasmo os primeiros exemplos de cura com quimioterapia de pacientes com Linfoma de Hodgkin. Nos últimos 15 anos, o que tem gerado entusiasmo é uma nova tendência de tratamento, com drogas biológicas que atacam células cancerígenas diretamente ou o ambiente em que sobrevivem. Entre esses novos medicamentos, estão os anticorpos que atacam especificamente os tumores e inibidores de certas proteínas. Os anticorpos agem marcando as células tumorais que devem ser eliminadas pelo organismo ou levando quimioterápicos ao local específico do tumor. Já os inibidores bloqueiam proteínas vitais para a sobrevivência das células tumorais.

Medicações dessa classe vêm sendo usadas com sucesso para alguns tipos de tumores. Novas drogas biológicas contra os linfomas e mielomas demonstraram alta eficácia e resultados promissores. Essas drogas, ao contrário das quimioterápicas, atacam preferencialmente as células cancerígenas, reduzindo efeitos indesejados como, por exemplo, queda de cabelo. Há outras classes de drogas não quimioterápicas que estimulam o sistema imunológico a atacar tumores de pele, como o melanoma, que também vêm demonstrando efetividade promissora.

Atualmente, protocolos de tratamento combinam drogas biológicas às terapias quimioterápicas convencionais. Outros estudos investigam regimes que prescrevem somente drogas biológicas, sem adicionar o componente quimioterápico. Mas é notável que os principais estudos conduzidos atualmente no mundo para tratamento dos linfomas não contemplam novos quimioterápicos, mas sim agentes biológicos em combinação ou não às terapias quimioterápicas já existentes. O melhor entendimento dos elementos que são importantes para a sobrevivência das células cancerígenas, adquirido nas últimas duas

décadas, possibilitou o desenvolvimento dessas drogas que reconhecem alvos específicos. Por isso, são conhecidas com terapias-alvo.

Um dos maiores desafios no desenvolvimento dessas terapias é a identificação de alvos que são críticos para o câncer. Ou seja, quando atacados, os alvos interferem de maneira significativa na sobrevivência do tumor. Não se sabe se a interferência desses novos agentes no crescimento dos tumores terá ação temporária ou duradoura. Tampouco se conhece a melhor combinação de medicamentos, nem sequer se a combinação com quimioterapia é necessária. Essas e outras perguntas serão respondidas em estudos clínicos nos próximos anos.

Esperamos ter novos tratamentos eficazes com pouca ou nenhuma droga quimioterápica para alguns tipos específicos de tumores. Aguardamos com entusiasmo esses resultados. Mas é certo que nos aproximamos, cada vez mais, da era de tratamentos pós-quimioterápicos para o câncer.

PHILLIP SCHEINBERG, 42, é chefe de hematologia clínica do Centro Oncológico Antônio Ermírio de Moraes do Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2013.**

Credibilidade jornalística? (CLÓVIS BARROS FILHO)



EM TEMPOS de grandes manifestações populares contra os problemas do Brasil, a mídia brasileira foi duramente criticada. Para cada cartaz de ataque ao sistema político havia outros, em igual número, direcionados aos meios de comunicação. A democratização dos meios de comunicação virou uma demanda socialmente relevante. As críticas às práticas jornalísticas são cada vez mais frequentes. Seja pela opinião dada nas reportagens, seja pela seleção dos temas noticiados. A confiança na ética jornalística ficou tão ruim quanto a reputação dos partidos políticos. Obviamente, essas críticas não são comentadas pela mídia dominante.

A moral do jornalista, enquanto reflexão sobre o próprio agir, pressupõe a possibilidade de fazer seu trabalho de outras formas - sem coação. De agir diferentemente. Requer, assim, alguma liberdade deliberativa. Como não a encontramos totalmente (por critérios políticos e econômicos), podemos dizer que a reflexão moral será tanto mais pertinente quanto maior for a possibilidade de deliberação livre do agente. Assim, falar de moral no fazer jornalístico é discutir sua possibilidade de atuação. É refletir sobre as condições materiais de ação do jornalista e de deliberação profissional. Indispensável, portanto, investigar sobre seus espaços de atuação dentro das empresas jornalísticas. Essa discussão remete o leitor para nossa história mais recente. A da ditadura militar. Nesse caso da censura em países totalitários, a liberdade do jornalista é vítima de agressões, juridicamente tipificadas ou não. No entanto, outros tipos de coação estarão inexoravelmente presentes, independentemente das normas jurídicas que regulamentem a profissão, bem como da sua efetiva aplicação.

Assim, além desses fatores determinantes externos ao fazer jornalístico, devemos investigar sobre os fatores propriamente jornalísticos que limitam a liberdade deliberativa do profissional da notícia. A inserção de preceitos de liberdade de imprensa em códigos de Ética, em manuais de liberdades públicas e sua previsão constitucional não impedirão que as coações próprias à dinâmica de um universo social específico e relativamente autônomo como é o jornalístico se façam presentes. Os discursos dos profissionais que são socialmente questionados por seus trabalhos denunciam à exaustão

um imperativo ético limitante dessa liberdade deliberativa. A objetividade jornalística. Expressa dessa forma ou por recursos metafóricos indicativos de correspondência como espelho ou reflexo.

Cultura do simulacro, técnicas de construção do verossímil e efeito de real são algumas expressões usadas pela doutrina para analisar o fazer jornalístico, a produção da notícia e o que seus agentes pensam do próprio trabalho. Esse tema ganha relevo com o aumento progressivo dos fatos geradores de notícia, decorrente - em grande medida - do aumento da população e da facilitação progressiva dos encontros entre agentes sociais. O assunto se torna cada vez mais relevante em face da comentada possibilidade, facultada pelas novas tecnologias, de tornar o relato de qualquer um acessível rapidamente por qualquer um.

O aumento dos fatos geradores de notícia enseja um incremento correspondente de notícias, reportagens, entrevistas e matérias informativas em geral. Esperávamos que em face de um real cada vez mais complexo, o profissional da notícia destacasse seu papel seletivo. A competência, socialmente reconhecida, que tem de discriminar o fato jornalístico do fato que não merece esse estatuto. Esperávamos que, ao falar do próprio trabalho, o jornalista assumisse a responsabilidade de fazer surgir um jornal que era pura possibilidade antes da sua intervenção. Uma possibilidade entre infinitas outras, preteridas por ele. Responsabilidade de preterir. De condenar a ocorrência ao não jornal. Hipótese não verificada. Pelo contrário. Servindo-se das categorias jornalismo "opinativo", "informativo" e "interpretativo", confina na primeira categoria toda atribuição de valor. Assegura que nas outras duas o mundo aparece, ou pelo menos deveria aparecer, tal como é.

Essa avalanche informativa só pode se dar em detrimento dos espaços opinativos. No Brasil, essa tendência se acentuou após 1964. A censura e o movimento de concentração das empresas jornalísticas, acabando com os pequenos jornais políticos, contribuíram para esse fenômeno. A repressão a opiniões "não gratas" desenvolveu junto aos diretores de jornais "um sexto sentido" encarregado de captar as possíveis reações de setores políticos e militares hipersensibilizados nessa matéria. Principalmente quando a notícia fere os interesses dos barões da direita neoliberal que sustentam econômica e ideologicamente a mídia.

Com o surgimento de outras ferramentas de comunicação, como os blogs e as redes sociais (em especial o Facebook), o livre tráfego de informação entre os cidadãos fez com que eles percebessem que a mídia não é tão ética e democrática quanto aparenta ser. Pelos olhos da internet nos parece que 1964 ainda não acabou para o jornalismo impresso e televisivo. Notícias são comparadas, fatos relevantes são divulgados e comentados mesmo quando a mídia tradicional ignora. Hoje se divulgam cada vez mais denúncias de esquemas de corrupção política envolvendo a mídia - compra de matérias, fontes forjadas, uso de dinheiro público, propaganda política velada, venda de influência, corrupção ativa e passiva de editores e jornalistas. A situação não está ruim somente para os políticos...

CLÓVIS BARROS FILHO é professor de Ética da ECA/USP e conferencista do Espaço Ética. www.espacoetica.com.br. **Revista FILOSOFIA, Setembro de 2013.**

Criminalização da espionagem (LUÍS FLÁVIO ZAMPONHA)

A ESPIONAGEM é uma prática que altera a distribuição internacional de poder. Na maioria dos países, é uma conduta criminalizada. Os Estados Unidos, por exemplo, podem chegar a aplicar prisão perpétua ou pena de morte para aqueles que a promoverem. No meio jurídico brasileiro, a espionagem internacional, tão frequente quanto se tem comprovado, tem despertado pouco interesse.

O ordenamento jurídico nacional apresenta uma legislação defasada e pouco efetiva sobre o tema. A Lei de Segurança Nacional (lei nº 7.170/83) está em processo de descrédito. Por ter sido elaborada em um momento de ilegitimidade institucional, é tida como expressão de um direito de exceção distante da atual realidade democrática do país. A tutela penal da política interna é o foco principal da lei nº 7.170/83, que foi criada como consequência da doutrina de segurança nacional que preconizava uma resposta à situação de embate permanente no contexto da Guerra Fria e da "guerra revolucionária". Esta última era considerada a principal estratégia do comunismo internacional. A derradeira tentativa conhecida de aplicação da Lei de Segurança Nacional ocorreu há cerca de sete anos, quando mais de cem integrantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) depredaram dependências da Câmara e foram presos acusados de crime político.

Entretanto, a defesa da integridade de um Estado democrático não pode se limitar à repressão de ações ilegais de grupos nacionais que atingem somente a chamada segurança interna, como a danificação de bens públicos e privados. No atual contexto histórico, a defesa do Estado deve gravitar principalmente na órbita da segurança externa, como resposta a ameaças à sua soberania, independência e integridade territorial. Deve, inclusive, preparar o país contra agressões indevidas, que podem adquirir diferentes formas, de ataques cibernéticos a disputas comerciais desleais. O Brasil necessita de mecanismos jurídicos adequados à proteção de seus conhecimentos estratégicos, advindos de longos períodos de pesquisa e investimentos.

É necessária uma legislação penal que, mais do que criminalizar qualquer ação patrocinada por governos estrangeiros que gere dano ou ameaça aos interesses nacionais, diferencie esses atos da simples revelação de segredo funcional ou da espionagem industrial. Entretanto, esse debate de interesse nacional vem sendo prejudicado nos últimos anos pelas divergências políticas decorrentes da falta de distinção clara entre os crimes contra a segurança externa do país, como a

espionagem internacional, e crimes contra a segurança interna, cuja definição técnica ou campo de incidência encontra ainda forte carga ideológica.

O impasse político nas discussões sobre o crime de espionagem, por envolver indevidamente questões relativas à proteção da ordem social e política interna, é precisamente o obstáculo a ser superado para que se obtenha uma proteção penal eficaz do sigilo de informações governamentais e de interesse estratégico para o setor de defesa nacional.

LUÍS FLÁVIO ZAMPRONHA, 39, bacharel em direito, é delegado da Polícia Federal. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Setembro de 2013.

Obsolescência planejada: armadilha silenciosa na sociedade de consumo (VALQUÍRIA PADILHA e RENATA CRISTINA A. BONIFÁCIO)

O crescimento pelo crescimento é irracional. Precisamos descolonizar nossos pensamentos construídos com base nessa irracionalidade para abrirmos a mente e sairmos do torpor que nos impede de agir



"É COMUM um telefone celular ir ao lixo com menos de oito meses de uso ou uma impressora nova durar apenas um ano. Em 2005, mais de 100 milhões de telefones celulares foram descartados nos Estados Unidos. Uma CPU de computador, que nos anos 1990 durava até sete anos, hoje dura dois anos. Telefones celulares, computadores, aparelhos de televisão, câmeras fotográficas caem em desuso e são descartados com uma velocidade assustadora. Bem-vindo ao mundo da obsolescência planejada!

Na sociedade de consumo, as estratégias publicitárias e a obsolescência planejada mantêm os consumidores presos em uma espécie de armadilha silenciosa, num modelo de crescimento econômico pautado na aceleração do ciclo de acumulação do capital (produção-consumo-mais produção). Mészáros (1989, p.88) diz que vivemos na sociedade descartável que se baseia na "taxa de uso decrescente dos bens e serviços produzidos", ou seja, o capitalismo não quer a produção de bens duráveis e reutilizáveis. A publicidade é o instrumento central na sociedade de consumo e um grande motivador de nossas escolhas, pois é por meio dela que geralmente nos são apresentados os produtos de que passamos a sentir necessidade. A função da publicidade é persuadir visando a um consumo dirigido. Para aquecer as vendas, trabalha arduamente para convencer o consumidor da necessidade de produtos supérfluos. É o que Bauman (2008) chama de "economia do engano". Para Latouche (2009, p.18), "a publicidade nos faz desejar o que não temos e desprezar aquilo que já desfrutamos. Ela cria e recria a insatisfação e a tensão do desejo frustrado".

A obsolescência planejada

Para mover esta sociedade de consumo precisamos consumir o tempo todo e desejar novos produtos para substituir os que já temos – seja por falha, por acharmos que surgiu outro exemplar mais desenvolvido tecnologicamente ou simplesmente porque saíram de moda. Serge Latouche, no documentário *A história secreta da obsolescência planejada*,¹ diz que nossa necessidade de consumir é alimentada a todo momento por um trio infalível: publicidade, crédito e obsolescência.

Planejar quando um produto vai falhar ou se tornar velho, programando seu fim antes mesmo da ação da natureza e do tempo de uso é a *obsolescência planejada*. Trata-se da estratégia de estabelecer uma data de morte de um produto, seja por meio de mau funcionamento ou envelhecimento perante as tecnologias mais recentes. Essa estratégia foi discutida como solução para a crise de 1929. O conceito teve início por volta de 1920, quando fabricantes começaram a reduzir de propósito a vida de seus produtos para aumentar venda e lucro. A primeira vítima foi a lâmpada elétrica, com a criação do primeiro cartel mundial (Phoebus) para controlar a produção. Seus membros perceberam que lâmpadas que duravam muito não eram vantajosas. A primeira lâmpada inventada tinha durabilidade de 1.500 horas. Em 1924, as lâmpadas duravam 2.500 horas. Em 1940, o cartel atingiu seu objetivo: a vida-padrão das lâmpadas era de 1.000 horas. Para que esse objetivo fosse atingido, foi preciso fabricar uma lâmpada mais frágil.

Em 1928, o lema era: "Aquilo que não se desgasta não é bom para os negócios". Como solução para a crise, Bernard London propôs, num panfleto de 1932, que fosse obrigatória a obsolescência planejada, aparecendo assim pela primeira vez o termo por escrito. London pregava que os produtos deveriam ter uma data para expirar, acreditando que, com a obsolescência planejada, as fábricas continuariam produzindo, as pessoas consumindo e, portanto, haveria trabalho para todos, que trabalhando poderiam consumir e assim fazer o ciclo de acumulação de capital se manter. Nos anos 1930, a durabilidade começou a ser propagada como antiquada e não correspondente às necessidades da época. Nos anos 1950, a obsolescência planejada ressurgiu com o enfoque de criar um consumidor insatisfeito, fazendo assim que ele sempre desejasse algo novo. Ainda no pós-guerra assentaram-se as bases da sociedade de consumo atual, por meio do estilo de vida norte-americano (*American way of life*), baseado na liberdade, na felicidade e na ideia de abundância em substituição à ideia do suficiente.

Os tipos de obsolescência

Podemos considerar três tipos de obsolescência: obsolescência de função, de qualidade e de desejabilidade. "Pode haver obsolescência de função. Nessa situação, um produto existente torna-se antiquado quando é introduzido um produto que executa melhor a função. Obsolescência de qualidade. Nesse caso, quando planejado, um produto quebra-se ou se gasta em determinado tempo, geralmente não muito longo. Obsolescência de desejabilidade. Nessa situação, um produto que ainda está sólido, em termos de qualidade ou performance, torna-se gasto em nossa mente porque um aprimoramento de estilo ou outra modificação faz que fique menos desejável" (Packard, 1965, p.51).

Slade (2006) chama a "obsolescência de função" de "obsolescência tecnológica", que é o tipo de obsolescência mais antiga e permanente desde a Revolução Industrial até hoje, em razão da inovação tecnológica. Assim, a obsolescência tecnológica, ou de função, sempre esteve atrelada a determinada concepção de progresso visto como sinônimo de avanços tecnológicos infinitos. Os telefones celulares e os notebooks são o melhor exemplo disso. A "obsolescência de qualidade" é quando a empresa vende um produto com probabilidade de vida bem mais curta, sabendo que poderia estar oferecendo ao consumidor um produto com vida útil mais longa. Na década de 1930, faziam-se constantes apelos aos consumidores para trocarem suas mercadorias por novas em nome de se tornarem bons e verdadeiros cidadãos norte-americanos.

O último e mais complexo tipo de obsolescência é o da desejabilidade, ou "obsolescência psicológica", que é quando se adotam mecanismos para mudar o estilo dos produtos como maneira de manipular os consumidores para irem repetidamente às compras. Trata-se, na verdade, de gastar o produto na mente das pessoas. Nesse sentido, os consumidores são levados a associar o novo com o melhor e o velho com o pior. O estilo e a aparência das coisas tornam-se importantes como iscas ao consumidor, que passa a desejar o novo. É o *design* que dá a ilusão de mudança por meio da criação de um *estilo*. Essa obsolescência pode ser também conhecida como "obsolescência percebida", que faz o consumidor se sentir desconfortável ao utilizar um produto que se tornou ultrapassado por causa do novo estilo dos novos modelos.

A lógica da sociedade capitalista precisa criar ou renovar estratégias que favoreçam a acumulação do capital (por meio não só da expropriação da mais-valia na produção, mas também pelo lucro obtido na venda dos produtos). Mészáros (1989) nos mostra que a taxa de uso decrescente no capitalismo é um mecanismo inevitável da produção destrutiva do capital. O autor considera esse fenômeno intrínseco ao modo de produção capitalista, o qual precisa estimular a sociedade descartável para perdurar enquanto sistema econômico hegemônico. Ele diz: "É, pois, extremamente problemático o fato de que [...] a 'sociedade descartável' encontre o equilíbrio entre produção e consumo necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder artificialmente *consumirem* grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) grandes quantidades de mercadorias, que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente *duráveis*. Desse modo, ela se mantém como sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados 'bens de consumo duráveis', de tal sorte que estes necessariamente tenham que ser lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos 'cemitérios de automóveis' como ferro-velho etc.) muito antes de esgotada sua vida útil" (Mészáros, 1989, p.16).

A sociedade do consumo visa atender às necessidades de acumulação do capital mais do que às necessidades básicas de seus membros. Se a satisfação de todos fosse realmente a finalidade do sistema produtivo, os bens seriam *reutilizáveis*. Mas, como o capitalismo "tende a impor à humanidade o mais perverso tipo de existência imediata" (Mészáros, 1989, p.20), toda a sociedade fica submetida à lógica de acumulação do capital segundo a qual a não aceleração do ciclo produção-consumo se torna um obstáculo. Assim, a obsolescência planejada passa a ser uma estratégia fundamental para satisfazer as exigências expansionistas do modo de produção capitalista. "[...] quanto menos uma dada mercadoria é realmente usada

e reusada (em vez de rapidamente consumida, o que é perfeitamente aceitável para o sistema), [...] melhor é do ponto de vista do capital: com isso, tal subutilização produz a vendabilidade de outra peça de mercadoria” (Mészáros, 1989, p.24).

Tudo acaba virando lixo

A obsolescência planejada é uma tecnologia a serviço do capital. Para aumentar a acumulação de riquezas privadas, o capital devasta, destrói, esgota a natureza. O aumento da riqueza do capital é proporcional ao aumento da destruição da natureza. Na sociedade da obsolescência induzida, tudo acaba em lixo. Quanto mais rápida e passageira for a vida dos produtos, maior será o descarte. A publicidade é o motor que faz toda essa dinâmica funcionar. Esse modelo de sociedade baseada na estratégia da obsolescência planejada está sendo determinante no esgotamento dos recursos naturais (que ocorre na etapa da produção) e no excesso de resíduos (que ocorre na etapa do consumo e do descarte). Magera (2012) salienta que a humanidade, que existe no planeta há milhares de anos, conseguiu alcançar a maioria de todos os avanços tecnológicos e informacionais apenas nos últimos duzentos anos. Mas essa sociedade do consumo, que, em nome do progresso, aumenta o volume e a velocidade das coisas produzidas industrialmente, eleva também o volume de lixo. Ao mesmo tempo, os consumidores não são estimulados a se conscientizar sobre a geração de resíduos. O lixo é algo do qual as pessoas querem se desfazer o mais rápido possível e, de preferência, que seja levado para bem longe.

Leonard (2011) apresenta inúmeros dados relacionados à extração de recursos naturais e à produção e geração de resíduos no final do ciclo. Alguns exemplos: para produzir uma tonelada de papel, são usadas 98 toneladas de vários outros materiais; 50 mil espécies de árvores são extintas todos os anos; os norte-americanos possuem cerca de 200 milhões de computadores, 200 milhões de televisores e 200 milhões de celulares; nos Estados Unidos são consumidos cerca de 100 bilhões de latinhas de alumínio anualmente. A autora mostra que todo o nosso sistema produtivo-consumista, potencializado pelas estratégias de obsolescência, produz uma destruição assustadora dos recursos naturais ao mesmo tempo que aumenta consideravelmente a geração de lixo. Com a taxa decrescente do valor de uso dos produtos, tudo o que o sistema consegue é aumentar a acumulação do capital enquanto aumenta a destruição do planeta. Produção de tecnologias verdes ou programas de reciclagem não resolvem essa gama de problemas. É urgente rever o modelo de crescimento econômico que se sustenta nos pilares da obsolescência planejada.

Decrescimento econômico

Podemos afirmar que a espinha dorsal desta sociedade de consumo atual é a aceleração do ciclo produção-consumo-mais produção-mais consumo, gerando descarte e resíduos. O consumo é visto como o motor responsável pelo crescimento econômico – entendido como algo sempre bom e necessário – com base em um paradigma produtivista-consumista. A publicidade continua uma aliada fundamental para manter acesa a chama do consumo e da taxa decrescente do valor de uso das mercadorias, fazendo dos consumidores vítimas de uma armadilha invisível.

Rever os princípios que norteiam esse modelo de crescimento econômico é necessário. Inspiramo-nos no movimento recente do decrescimento econômico, que tem o economista francês Serge Latouche como um dos principais expoentes. O PIB não pode mais continuar sendo visto como uma taxa que deve sempre crescer. Não é razoável pensar num crescimento infinito quando o planeta é finito. O movimento pelo decrescimento econômico parece-nos uma saída para muitos dos problemas que apontamos aqui. Não se trata de voltar ao tempo das cavernas, mas sim de parar imediatamente com esse modelo de crescimento, de progresso e de felicidade ancorado na sociedade de consumo. O crescimento pelo crescimento é irracional. Precisamos descolonizar nossos pensamentos construídos com base nessa irracionalidade para abrirmos a mente e sairmos do torpor que nos impede de agir. Latouche diz: “A palavra de ordem decrescimento tem como principal meta enfatizar fortemente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado, objetivo cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e, portanto, para a humanidade” (2009, p.4). A nova lógica que deverá ser construída é a de que podemos ser felizes trabalhando e consumindo menos. Nesse projeto, não faz sentido falar em desenvolvimento sustentável – mais um *slogarda* moda que os capitalistas inventaram. Falar em ecoeficiência é continuar na “diplomacia verbal”.

O assunto não se esgota aqui, obviamente, mas é fundamental desvelar o princípio da obsolescência planejada para que possamos renovar nossas utopias de um mundo onde a natureza seja preservada, onde haja mais presença e menos presente, mais laços humanos e menos bens de consumo.

1 Disponível em: www.youtube.com/watch?v=q97DdVViQg

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Z. Vida para consumo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.**
HAUG, W. F. Crítica da estética da mercadoria. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
LATOUCHE, S. Pequeno tratado do decrescimento sereno. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
LEONARD, A. A história das coisas. Da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
MAGERA, M. Os caminhos do lixo. Campinas (SP): Átomo, 2012.
MÉSZÁROS, I. Produção destrutiva e o estado capitalista. São Paulo: Ensaio, 1989.
PACKARD, V. Estratégia do desperdício. São Paulo: Ibrasa, 1965.

SLADE, G. Made to break: technology and obsolescence in America [Feito para quebrar: tecnologia e obsolescência nos Estados Unidos]. Harvard University Press, 2006.

VALQUÍRIA PADILHA é Professora de Sociologia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP) e autora de *Shopping center: a catedral das mercadorias* (Boitempo, 2006). **RENATA A. BONIFÁCIO**. Graduada em Administração de Empresas pela FEA-RP/USP. Ilustração: Alves. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Setembro de 2013.**

O que é que a Bahia não tem? (MALU FONTES)

CANTADA em prosa e verso desde as canções de Caymmi até os versos mais novinhos dos hits da axé music, a Bahia não vem sendo sinônimo de terra da felicidade e oportunidade para muitos de seus próprios filhos. Ao anunciar esta semana que a população brasileira ultrapassou a barreira dos 200 milhões de pessoas, o IBGE divulgou também os dados sobre os fluxos migratórios entre as diferentes regiões do país. Os números não devem ser lidos lá com muito orgulho pelos baianos e seus governantes, afinal, antes de qualquer outro argumento socioeconômico, se há algo quase deformado no comportamento baiano é a autoestima e a crença de que aqui tudo é melhor do que em qualquer lugar do mundo. E se aqui é o melhor lugar do mundo, por que os baianos vão embora?

Portanto, não é comemorável o fato de a Bahia ser o estado que ocupa o 1º lugar no ranking dos que exportam população para outras regiões, principalmente para o Sudeste. Embora a imprensa nacional trate de forma hiperbólica a pobreza em estados como o Piauí e o Maranhão, o Piauí e sua população estão entendendo-se muito bem e, durante todo o ano de 2013, o Maranhão mandará para fora de suas fronteiras cerca de 38 mil pessoas, enquanto a Bahia, isolada no desconfortável 1º lugar de exportadora de gente e mão de obra, mandará para outras regiões 50.700 habitantes.

Se a Bahia é tão encantadora e se os discursos governamentais asseguram nas propagandas oficiais o quanto houve de melhoria nas condições de vida na região Nordeste e Norte, por que os fluxos migratórios nacionais insistem em desmentir os discursos oficiais. Apesar do crescimento da industrialização, da ascensão das classes C e D e dos programas de transferência de renda do governo federal, a região e, sobretudo a Bahia - se é verdade que os números não mentem - ainda deixa seus cidadãos à deriva quando se trata de oportunidades de uma vida melhor.

Ou, pior que isso: muitos que migram o fazem não em busca, necessariamente, de um grau a mais na qualidade de vida cotidiana, como a possibilidade de um salário melhor ou de educação para os filhos. Partem, infelizmente, em busca da sobrevivência, de um salário, seja qual for, o que jamais tiveram ou teriam em seus torrões, marcados secularmente pelo atraso crônico perpetrado por coronéis que repassam o poder de geração em geração. Ou alguém pensa que foi por ambição salarial que os oito maranhenses mortos entre as dez vítimas fatais no desabamento do edifício em obras em São Paulo entraram num ônibus para cruzar o país e viverem amontoados em condições sub-humanas em alojamento de obras?

Ainda sobre o que é que a Bahia não tem para que parte de sua população considere como a melhor saída a rodoviária e o aeroporto, não custa pensar em categorias muito distintas mas que, individualmente, talvez tenham muito a dizer sobre o atual estado de coisas na terra mítica da felicidade: o que os jovens das cidades mais pobres do interior ou das periferias da capital podem antever como perspectiva de vida futura em termos de formação, empregabilidade e renda futuras?

E os turistas que compram a Salvador dos cartões-postais e que têm chegado aqui nos últimos anos, que atrativos mesmo têm encontrado para desfrutar? Do jeito que as coisas aparecem a olho nu (embora sempre haja estatísticas para dizer que caminhamos para o melhor dos mundos e que outrora habitávamos o inferno), é bom rezar para que não estacionemos na terra do "tem, mas acabou", o mantra repetido nos botecos de Salvador quando o cliente quer uma bebida ou comida que está no cardápio, mas em falta na casa.

MALU FONTES é Doutora em Cultura, jornalista e professora da FACOM-UFBA. **Jornal CORREIO, Setembro de 2013.**

Melhores médicos (EDITORIAL JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO)

A poeira levantada pela guerra dos médicos com o governo Dilma Rousseff obscureceu outra questão que precisaria ser discutida: a qualidade do serviço de saúde pública no Brasil no longo prazo, e não só em 2014, o horizonte habitual da Esplanada dos Ministérios. O conflito está em fase de impasse. Pelo governo, seguem acelerados os preparativos para atuar no front eleitoral, com o reforço de 4.000 profissionais cubanos.

O Planalto se deu conta de que a falta de médicos tem grande ressonância eleitoral. Fixou-se nesse ponto e tirou da manga o programa Mais Médicos. Como quase tudo neste governo, um plano improvisado, sem visão estratégica. Entidades da classe médica, mal habituadas pelas restrições do mercado de trabalho, se aferram à noção de que não faltam profissionais. O problema, de sua ótica, está na distribuição. Ambos estão certos e errados.

É evidente que faltam profissionais. Graduados em medicina encontram emprego sem dificuldade (a taxa de ocupação é de 97%). O salário médio está entre os mais altos do país, na faixa de R\$ 8.500 para o período 2009-2012. Por outro lado,

a proporção brasileira entre médicos e população está longe de ser ruim. Com 201 milhões de habitantes, temos 1,88 médicos por grupo de mil pessoas - taxa comparável à de países como Coreia do Sul (2,02) e Japão (2,14).

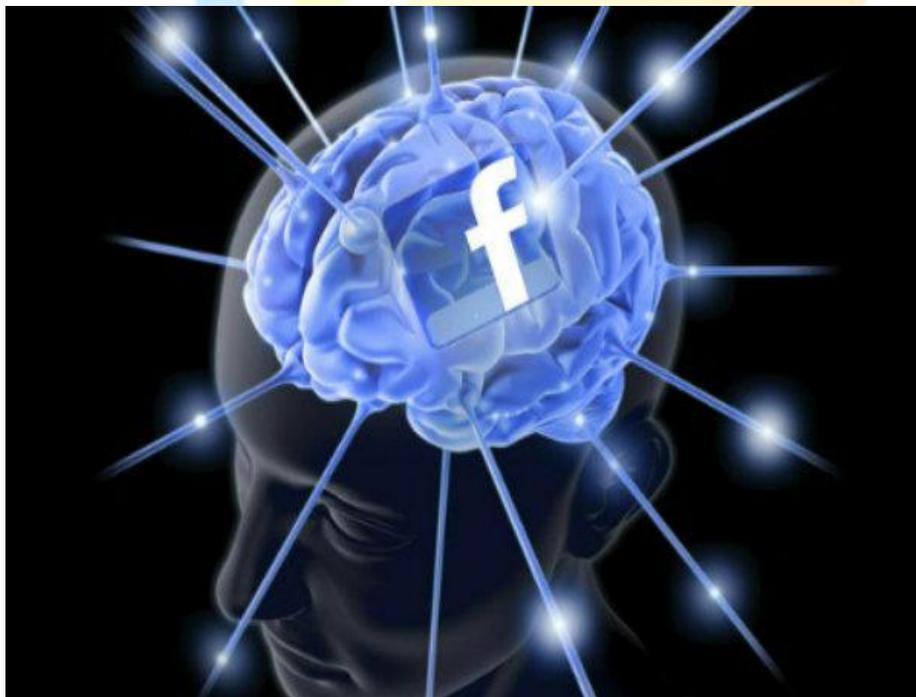
Mas é claro que a carência de serviços de saúde em geral, e não apenas de médicos, é muito maior por aqui, como mostra uma série de reportagens desta **Folha**. Não é sequer preciso ir a verdadeiros rincões do país para notar as dificuldades. Sobral, por exemplo, a terceira maior cidade do Ceará, tem de pagar táxi aéreo para que os profissionais saiam de Fortaleza e atendam na região. A ineficiência e as distorções do sistema de saúde também são patentes. Há 4,29 empregos médicos por grupo de mil habitantes no Sudeste, mas apenas 1,86 por mil na região Norte. O desequilíbrio é similar na repartição de postos de trabalho entre o SUS (clientela de 144 milhões de pessoas) e o setor privado (47 milhões): respectivamente, 1,95/mil e 7,8/mil. O governo federal aposta suas fichas em multiplicar cursos de medicina. Está nos seus planos criar 11.477 vagas de graduação até 2017. Ora, a expansão das vagas, que já dera um salto de 68% de 2000 a 2011, ocorreu predominantemente em escolas privadas, onde a evasão é maior e quase nunca há hospital-escola com a estrutura adequada.

Se prosseguir formando profissionais de cuja qualidade a própria classe médica duvida e empregando-os nos convênios de saúde particular, em detrimento do SUS, o país se verá num impasse similar ao da educação: um sistema público cada vez pior, do qual fogem todos aqueles que conseguem pagar por serviços privados. O Planalto pode até conseguir trazer mais médicos para o país. Ainda fica a dever, no entanto, um plano para garantir melhores médicos e mais saúde - para todos.

EDITORIAL. Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, 03 de set. 2013.

Sua atividade cerebral pode denunciar o quanto você usa o Facebook **(ANA FREITAS)**

Rede social ativa área do cérebro associada com a recompensa de atividades como alimentação e sexo



DENTRE os usuários frequentes da rede de Mark Zuckerberg, há três tipos de pessoas. Existem os que passam o dia inteiro no Facebook. Outras se contentam com algumas olhadinhas estratégicas ao longo do dia. Algumas entram só uma vez, à noite, e nada mais. O mais assustador: é possível saber em que grupo você se encaixa a partir da atividade em uma área do seu cérebro. Ou seja, se você é viciado no Facebook, talvez seja culpa da maneira como sua cabeça funciona.

É o que comprovou esse estudo, publicado na última semana. A pesquisa comprovou que há uma ligação entre o desejo de construir uma reputação melhor e a intensidade do uso do Facebook, já que as duas atividades estimulam da mesma maneira a região do cérebro responsável pelo sistema de recompensas, o núcleo accumbens.

A mesma parte do cérebro também participa do mecanismo de desejo e recompensa de atividades como comida, sexo, apostas, bebida e até rock'n'roll. É o núcleo accumbens que determina o quão bem você vai se sentir em relação a um ganho financeiro, também. E durante a pesquisa, os cientistas identificaram que usar o Facebook traz um prazer mais próximo àquele de ver sua reputação nas alturas do que o de ganhar uma boa grana.

Os participantes, no primeiro dia de pesquisa, responderam em vídeo a uma entrevista sobre seu uso da rede social - quantidade de amigos, tempo gasto e sua relação geral com o Facebook. Depois, no segundo dia, seus cérebros foram monitorados enquanto eles jogavam cartas com apostas em dinheiro e enquanto escutavam dos cientistas a opinião deles sobre suas entrevistas em vídeo no dia anterior.

A descoberta: os pesquisadores observaram uma atividade mais intensa no núcleo accumbens do participante quando falavam bem do vídeo dele do que quando o vídeo de outro participante era elogiado na frente desse participante, e a

intensidade dessa atividade acompanhou a quantidade de uso do Facebook por aquela pessoa. O mesmo não foi observado entre as respostas cerebrais do usuário a um ganho de dinheiro durante as apostas e o uso de Facebook.

A conclusão dos pesquisadores é que a maneira e a intensidade com que o núcleo accumbens processa ganhos sociais advindos da reputação pode prever quanto tempo você passa no Facebook. Da próxima vez que alguém disser que você está viciado, culpe o núcleo accumbens.

ANA FREITAS é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista GALILEU, Setembro de 2013.**

Escolarizados e desempregados (THAÍS PAIVA)

Juventude brasileira é o grupo mais qualificado do País e o mais excluído pelo mercado de trabalho



"Meu pai sempre falava: eu estudei até a sexta série, eu não quero isso pra vocês, então meu pai se esforçava muito pra dar educação pra gente." O depoimento é de um jovem entrevistado pelo pesquisador José Humberto da Silva para sua tese de doutorado "Juventude trabalhadora: percursos laborais, trabalhos precários e futuros (in) certos", apresentada à Faculdade de Educação da Unicamp. O estudo analisou a trajetória de trabalho dos jovens brasileiros, os investimentos pessoais e financeiros feitos por eles e familiares na perspectiva de garantir "um bom emprego" e a ascensão social.

Para isso, Silva acompanhou nove moradores da periferia de Salvador, com idades entre 23 e 26 anos, egressos de um programa federal de qualificação profissional, o Consórcio Social da Juventude. Esse foi o segundo encontro do pesquisador com os jovens. Todos eles já haviam sido entrevistados por Silva na ocasião de seu mestrado, quando investigava em que medida os cursos de qualificação contribuíam para a inserção no mercado de trabalho.

A partir da observação das trajetórias profissionais desses jovens, o pesquisador levantou diversos questionamentos, entre eles o consenso de que a escolarização, por si só, é capaz de garantir um bom emprego. "A busca desses jovens pelo status de bem empregado passa quase sempre pela estratégia da formação. Desde cedo, eles escutam de seus pais que a qualificação é o único jeito de 'ser alguém na vida'", conta.

A pesquisa revelou, entretanto, que apesar dos investimentos realizados pelos jovens, a grande maioria permaneceu distante do emprego sonhado, relegada a espaços ou posições precários de inserção como estágios, programas de Jovem Aprendiz, telemarketing e cooperativas. "A inserção acontecia, mas eles não se mantinham nos empregos, a rotatividade era alta e o crescimento, baixo."

Para o autor, uma das razões para isso está no equívoco de encarar a questão do desemprego como um problema de escolaridade. "No mundo inteiro, os jovens constituem o segmento mais escolarizado e mais desempregado entre os grupos etários. No Brasil, embora tenha ocorrido um significativo crescimento econômico entre 2004 e 2008, que acarretou na geração de novos empregos, os jovens continuam sendo o grupo mais afetado pela falta de oportunidades", aponta.

Além disso, o mercado de trabalho brasileiro não atinge de forma homogênea a juventude. Território geográfico, classe social, sexo e raça intensificam as desigualdades, sobretudo quando os recortes se sobrepõem. De acordo com a Pesquisa

de Emprego e Desemprego, citada na tese, a região metropolitana de Salvador desponta como uma das que tem a maior taxa de desemprego juvenil.

“Não quero, com a pesquisa, inferir que a educação não seja um diferencial para inserção profissional. É muito importante sim. Porém, mais do que um problema de qualificação, o desemprego é um problema político e econômico.” Silva acredita que o pensamento que estabelece uma relação direta entre escolarização e ascensão profissional coloca sobre o jovem toda a responsabilidade do desemprego. “Nos últimos anos o número de jovens cursando o Ensino Superior cresceu significativamente, mas outras formas de exclusão apareceram. Se antes o jovem era rejeitado porque não tinha Ensino Superior, hoje é porque o cursa em uma faculdade considerada ‘menor’, menos qualificada”, aponta.

THAÍS PAIVA é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista CARTA NA ESCOLA, Setembro de 2013.**

